

PETIÇÃO (MOD) CIVIL E PROC CIVIL

RESCISÃO DE CONTR COMPRA E VENDA

DIREITO AUTORAL — COBRANÇA - ECAD - EXECUÇÃO - TÍTULO EXECUTIVO**EMENTA**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL DE ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, "ECAD", sociedade civil sem fins lucrativos, instituído pelo artigo 115 da Lei nº 5.988/73, inscrito no CNPJ sob o nº, com sede no, na Rua, nº, por seu advogado "in fine" assinado, conforme instrumento de mandato em anexo (doc. nº 01), com escritório profissional em, na Rua, onde recebe notificações e intimações, respeitosamente, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 585, I e seguintes do CPC, propor a presente EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Contra, pessoa jurídica de direito privado, com sede e fora nesta Capital, à Rua, inscrita no CNPJ sob nº e, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº, residente e domiciliado à Rua....., na qualidade de fiador da primeira requerida, pelos fundamentos de fato e de direito que passa a expor: 1. O exeqüente recebeu da executada, em decorrência do instrumento particular de confissão de dívida firmado pela executada com o ECAD (doc. em anexo), doze notas promissórias, sob nº à, cada uma no valor de R\$, referentes ao pagamento de direitos autorais, sendo a primeira nota promissória com vencimento no dia, a segunda com vencimento dia e as demais com vencimento sucessivo de trinta em trinta dias, até final pagamento dos respectivos títulos. 2. Constatou-se, entretanto, na data estipulada para o pagamento da primeira promissória, que a mesma não foi resgatada, bem como as demais notas. 3. Em decorrência disso, após todas as tentativas possíveis a fim de receber seu crédito líquido e certo, vem o ECAD promover a execução, para que a executada seja compelida a pagar o valor dos títulos de nº à, corroborado com o contrato em anexo, que até o presente momento importam para a mesma no montante, devidamente atualizado, de R\$ 4. Cabe esclarecer que na referida confissão de dívida, ficou estabelecido que a inadimplência de uma das notas promissórias geraria o vencimento antecipado de todas as outras, bem como multa de 10% e juros de 1% ao mês em caso de inadimplência. 5. Assim, verificado o inadimplemento da executada, o exeqüente requer que Vossa Excelência determine a sua citação, na pessoa de seu representante legal, o Sr., inscrito no CPF sob nº ou o Sr., inscrito no CPF nº, para que, no prazo de 24 horas, efetue o pagamento do valor principal constante da memória de cálculo em anexo, juros e correção monetária, na forma da lei, devendo, por ocasião do pagamento, serem acrescidas das custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência; ou que, no mesmo prazo, nomeie bens à penhora, sob pena de, não o fazendo, serem-lhe penhorados tantos bens quantos bastem para assegurar a execução (principal e acessória), ficando, desde já, intimado para embargar a execução, no prazo de lei. 6. Dá-se à presente ação o valor de R\$ Pede deferimento., de de Advogado